

ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE VIVÊNCIA: O MEIO SOCIOECONOMICO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL NA COMUNIDADE SÃO LOURENÇO, TERRA ALTA, PARÁ

Denis Junior Martins da Silva

IFPA-Castanhal/Denismartins19@hotmail.com

Álef do Nascimento Santos

IFPA-Castanhal/allef_n@hotmail.com

Andrey Rafael Moraes da Costa

IFPA-Castanhal/andreyrmcosta@gmail.com

Romier da Paixão Sousa

IFPA-Castanhal/romier.sousa.ifpa@gmail.com

**Área Temática 1: Desenvolvimento Rural Sustentável, Dinâmicas Territoriais e Conhecimentos
Tradicionais.**

Modalidade: Artigo Científico

Resumo

O presente trabalho é uma experiência vivida a partir do estágio supervisionado de vivência do curso de Agronomia do IFPA-Campus Castanhal. O estágio é um dos momentos mais importantes para a formação profissional e é nesse momento que o futuro profissional tem a oportunidade de entrar em contato direto com a realidade da área em que ele pretende atuar, além de concretizar pressupostos teóricos adquiridos pela observação de determinadas práticas específicas e do diálogo com produtores e profissionais mais experientes. O ESV buscou com presente vivência, diagnosticar o Desenvolvimento Rural (DR) em termos de políticas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na comunidade São Lourenço, situado no município de Terra Alta, no nordeste Paraense. Para levantamento de dados na comunidade utilizou-se questionários contendo perguntas referentes ao aspecto Socioeconômico e referente às políticas de ATER. Aplicou-se 20 questionários em 20 famílias da comunidade São Lourenço. Quando questionados sobre como funciona a assistência técnica da EMATER, os agricultores que recebem a assistência argumentaram que eles vão até o órgão situado no Município de Terra Alta - PA entregam ofícios solicitando a visita dos Técnicos e esperam bastante tempo para que os técnicos possam ir até suas propriedades realizar a assistência. Com base nas informações adquiridas na comunidade a realidade é completamente diferente. O agricultor relata o descaso com a comunidade por parte da EMATER, onde afirma existir uma enorme burocracia para terem acesso a assistência técnica e muitas vezes quando conseguem a assistência, só recebem uma única visita e depois não conseguem o retorno do técnico em sua propriedade.

Palavras-Chave: Estágio, Socioeconomico, Desenvolvimento rural.

Abstract

The work is a lived experience of supervised stage of living of the course of Agronomy of the IFPA - Campus Castanhal. The risk is higher for a professional exercise and for the brain values of a quarter of all values. dialogue with more experienced producers and practitioners. The ESV has sought to diagnose Rural Development (DR) in terms of public policies of Technical Assistance and Rural Extension (ATER) in the São Lourenço community, located in the municipality of Terra Alta, in the northeast of Paraense. For community information, use questionnaires to get information about the socioeconomic aspect. He applied 20 questionnaires to 20 families in the community of São Lourenço. When questionnaires on how a technical assistance to EMATER works, farmers receiving assistance so that they can be served in the TERRA ALTA - PA MUNICIPAL hand over trades requesting a visit from the Technicians and have plenty of time for technicians to help their regions assistance. Based on

information gained in the community the reality is completely different. The farmer reports EMATER's disregard for the community, where he says there is a huge bureaucracy to access technical assistance and often when they get the assistance, only receive a single visit and then can not return the technician on his property.

Key words: Internship, Socioeconomic, Rural development.

1. Introdução

O estágio é um dos momentos mais importantes para a formação profissional e é nesse momento que o futuro profissional tem a oportunidade de entrar em contato direto com a realidade da área em que ele pretende atuar, além de concretizar pressupostos teóricos adquiridos pela observação de determinadas práticas específicas e do diálogo com produtores e profissionais mais experientes.

Para Guerra (1995), o Estágio Supervisionado consiste em teoria e prática tendo em vista uma busca constante da realidade para uma elaboração conjunta do programa de trabalho na formação do educador. Desta forma, A dissociação entre teoria e prática aí presente resulta em um empobrecimento das práticas nas escolas, o que evidencia a necessidade de se explicitar por que o estágio é teoria e prática (e não teoria ou prática). (PIMENTA E LIMA, 2006, p.11). Ou seja, esta etapa é imprescindível para o profissional de qualquer área de trabalho estar apto a exercer sua função como educador, analista, interventor, empreendedor e etc.

O estágio busca desenvolver uma formação baseada no contexto real de atuação e que possibilite a construção autônoma do conhecimento científica através da vivência de exemplos práticos para discussões acadêmicas e até mesmo profissionais. No estágio supervisionado de vivência do curso de agronomia, o aluno em formação tem a oportunidade de investigar, analisar e intervir na realidade do produtor rural ou empresarial, enredando-se com a realidade comercial, organização e o funcionamento do estabelecimento agrícola e da comunidade.

Outro fator importante na realização do estágio, é que vivenciando a realidade o aluno é capaz de enxergar e reconhecer a necessidade de aprimoramento da sua formação acadêmica. Com isto o discente é levado ao melhor entendimento da lida diária do agricultor e do papel do profissional na importância da agricultura. Diante disso, o Estágio Supervisionado de Vivência (ESV) – III, De acordo com o eixo norteador (Meio Socioeconômico e Desenvolvimento Sustentável), tem por objetivo geral compreender e adquirir a habilidade para de leitura da realidade regional e proposição de projetos de Desenvolvimento Rural Sustentável em escalas diversificadas, priorizando a região amazônica em geral, e o estado do Pará em particular.

Durante muito tempo, o desenvolvimento rural foi associado ao conjunto de ações do Estado e dos organismos internacionais destinadas às intervenções nas regiões rurais pobres

que não conseguiam se integrar ao processo de modernização agrícola via substituição de fatores de produção considerados atrasados. (Navarro, 2001).

A partir disso Schneider afirma que (2010. p. 518.):

“A discussão corrente sobre o tema do desenvolvimento rural no Brasil vem sendo fortemente influenciada pelas ações de caráter normativo e pelas políticas de intervenção do Estado. [...] Fazendo uma análise do debate brasileiro recente sobre o tema do desenvolvimento rural permite sustentar que a formulação da agenda de ações do Estado sendo menos influenciada pelos demandantes diretos das políticas, no caso os agricultores e as populações rurais, do que pelos estudiosos e mediadores”.

Vasconcelos (2008, p.32), relata que a nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) propõe às entidades, organizações não governamentais (ONGs) e técnicos da Ater, que participem de um processo capaz de promover e apoiar estratégias de agricultores familiares que levem à viabilidade socioeconômica e ambiental dos agrossistemas.

Os serviços de assistência técnica para a agricultura são essenciais no processo de inovação produtiva. Esses serviços, conhecidos como “extensão rural”, estão historicamente associados a importantes mudanças nos modos de produção agropecuária, estabelecendo, a partir de sua intervenção, canais de comunicação entre produtores rurais e centros de pesquisa e de ensino. Vários estudos apontam o vínculo entre extensão rural e políticas de promoção do desenvolvimento rural (DIAS, 2008).

Para Peixoto (2008) A assistência técnica e a extensão rural têm importância fundamental no processo de comunicação de novas tecnologias, geradas pela pesquisa, e de conhecimentos diversos, essenciais ao desenvolvimento rural no sentido amplo e, especificamente, ao desenvolvimento das atividades agropecuária, florestal e pesqueira.

Com a implementação, a partir de 2004, da nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, a temática assistência técnica e extensão rural (Ater) surge revigorada e fortalecida no âmbito das políticas públicas para a agricultura familiar brasileira (PETTAN, 2010).

A Lei Geral de Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural), em vigor desde janeiro de 2010, é um marco de evolução na extensão rural pública no Brasil. Ela é um dos caminhos para que o Brasil alcance a universalização dos serviços da assistência técnica e extensão rural para os agricultores familiares. Somente em 2015, 334 mil agricultores e mais de 400 cooperativas de agricultores familiares foram atendidos em contratos de Ater. (MDA, 2015)

A Lei 12.188/2010 instituiu formalmente a Política Nacional de Ater que representa o reconhecimento formal e legal que os serviços de Ater são dedicados à agricultura familiar e trabalham com princípios e diretrizes voltados para o desenvolvimento sustentável, a participação social, a produção de base agroecológica e a qualificação das políticas públicas, entre outros. (MDA, 2015)

Segundo o MAPA (2016) a ATER tem como finalidade: A orientação dos produtores rurais e criadores dos segmentos sociais vinculados à exploração do agronegócio (produtores tradicionais, agricultores familiares, assentados, quilombolas e indígenas) em técnicas de planejamento e manejo dos cultivos e beneficiamento da produção, visando dinamizar a produção sustentável dos sistemas agrícolas nas unidades produtivas.

O grupo das instituições públicas estaduais de Ater é composto pelas 27 entidades associadas à Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural - Asbraer sediadas em todo o país e subdivididas em Emateres nos estados do DF/MG/PA/PB/PR/PI/RJ/RN/RS/RO/CE, Incaper no ES, Empaer no MT, Seaprof no AC, CATI em SP, Agraer no MS, Idam no AM, Seagri em AL, EBDA na BA, IPA em PE, Epagri em SC, Ruraltins no TO, Agencia rural em GO, Rural no AP, Deagro em SE, Agerp no MA e Dater em RR. Essas instituições são responsáveis pela prestação dos serviços públicos de Ater em seus estados (PETTAN, 2010).

No Pará a EMATER-Pará é o órgão oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) do estado e foi criado no dia 3 de dezembro de 1965. Tem uma força de trabalho constituída por mais de mil extensionistas rurais, com serviços especializados nas áreas de ciências agrárias e humanas. Difunde conhecimentos e informações tecnológicas no meio rural sob princípios norteadores de equidade, eficiência e sustentabilidade. Tem sede em Marituba, na região metropolitana de Belém, e representação em todos os 144 municípios do Pará. Sua Missão é contribuir com soluções para agricultura familiar, com serviços de assistência técnica, extensão rural e pesquisas baseadas nos princípios éticos e agroecológicos e sua Visão de futuro é ser reconhecida pela excelência em assistência técnica, extensão rural e pesquisa para a Agricultura Familiar Amazônica (EMATER-PA, 2018).

Diante do exposto, o ESV III buscou com presente vivência, diagnosticar o Desenvolvimento Rural (DR) em termos de políticas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na comunidade São Lourenço, situado no município de Terra Alta, no nordeste Paraense e fazer o contraste junto ao diagnóstico levantado nos órgãos que executam essa assistência técnica no referido município e com isso, verificar as possíveis

fortalezas e fragilidades dessas políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER para com a comunidade São Lourenço e o Município de Terra Alta - PA.

2. Metodologia

O ESV III foi realizado em período de 10 dias que foram do dia 17 ao dia 27 do mês de Setembro 2018, sendo que desses 10 dias, cinco foram utilizados para a pesquisa nos órgãos de assistência técnica do Município de Terra Alta – PA e o restante do período foram utilizados para o diagnóstico na Comunidade São Lourenço, uma comunidade rural familiar, situada no município de Terra Alta-PA.

O município de Terra Alta está localizado na região do salgado (**Figura 01**) pertencente à mesorregião do nordeste Paraense, limitando ao norte com o município de Curuçá, e a leste com o município de Marapanim, ao sul de São Francisco do Para e Castanhal, e a oeste São Caetano de Odivelas e São João da Ponta (SEPOF, 2014).

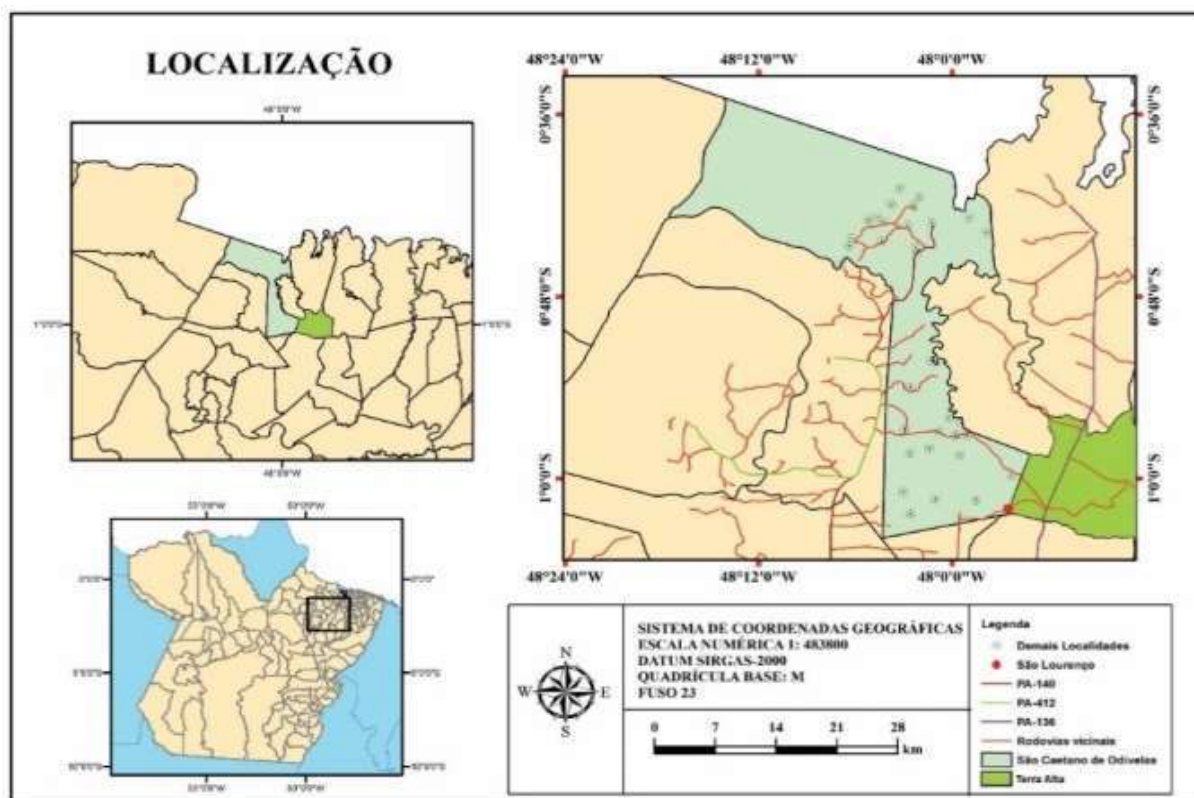


Figura 01 - Mapa de localização da Comunidade.

Fonte: LIMA et al., 2014.

A pesquisa realizada tem características de cunho qualitativo, onde foram feitos levantamento sobre as políticas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER na comunidade e no município, para diagnosticar as ações e projetos dessas políticas para a comunidade.

Para levantamento de dados na comunidade utilizou-se questionários contendo perguntas referentes ao aspecto Socioeconômico e referente às políticas de ATER. Aplicou-se 20 questionários em 20 famílias da comunidade São Lourenço. Para aquisição de dados no município aplicou-se um questionário com perguntas referentes a ATER na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Terra Alta (EMATER-PA).

Além dessas ferramentas para obtenção de dados na comunidade e no município, utilizaram-se também as seguintes técnicas: Conhecimentos adquiridos em sala de aula (textos, atividades em grupo, debates e orientações), pesquisas em sites e documentos (fotografias, tabelas, desenhos, materiais impressos, gravações, jornais e documentos legais).

3. Resultados/Discussões

3.1. Características dos entrevistados e da comunidade São Lourenço.

A comunidade São Lourenço foi fundada em 1933, quando o senhor Lourenço Cordovil da Silva adquiriu um lote na região, ao qual deu o nome de sítio São Lourenço, através deste acontecimento outras famílias da região passaram a residir no local, dando origem assim a comunidade que até então era pertencente ao município de Curuçá.

Até o ano de 2015 a comunidade pertencia ao município de São Caetano de Odivelas, porém, através da lei municipal 014/2015 de 16 de outubro de 2015, a comunidade se emancipou tornando-se assim a vigésima quarta comunidade do município de Terra Alta, fato este que ocorreu principalmente em virtude de a comunidade estar mais próxima geograficamente do município em questão e usufruir mais frequentemente de serviços como escola, postos de saúde e realização de compras no município.

Das 20 pessoas entrevistadas, oito são do sexo masculino e doze do sexo feminino com idade de 25 a 60 anos, todos são agricultores familiares e as rendas de suas famílias são exclusivas da agricultura familiar. A principal característica do sistema de produção desses agricultores é o cultivo da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), característica peculiar da agricultura familiar na região, as produções de roças de mandioca são comuns em todo e

qualquer lote da comunidade. Nessa perspectiva, as principais atividades agrícolas desenvolvidas pelos agricultores e que compõe a maior parte da renda das famílias é o plantio e o beneficiamento dessa cultura.

17 dos entrevistados são sócios da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Terra Alta (COAFTA) inscrita sobre o CNPJ 07.785.646.10001-25 e com sua sede situada na comunidade São Lourenço, sua fundação ocorreu no dia 07 de dezembro de 2005. A COAFTA tem como missão: “Desenvolver de forma sustentável a produção e comercialização de produtos da agricultura familiar, oriundos principalmente da mandioca e do mel”.

Atualmente a cooperativa encontra-se em pleno funcionamento com um quadro social composto de 34 sócios, sendo 21 mulheres e 13 homens, dos quais 17% são jovens e todos trabalham na agricultura familiar. A principal atividade econômica realizada pelo empreendimento econômico solidário (EES) é a produção e a comercialização da farinha de mandioca e seus derivados (farinha de tapioca, goma, tucupi, beiju), mel e polpas. No entanto, o principal produto comercializado e produzido em maior quantidade é a farinha, com uma produção média de 200 sacas por ano.

3.2. Políticas públicas de ATER na comunidade São Lourenço

Entendemos por política pública o processo complexo de definição, elaboração e implantação de estratégias de ação por parte dos governos, no qual há identificação e seleção de determinados problemas sociais que, na visão dos gestores públicos, merecem ser enfrentados (DIAS, 2008).

A política pública de Assistência técnica e extensão Rural (ATER) é uma dessas políticas públicas e que assim como as outras apresenta suma importância para o desenvolvimento de um dado local, pois, de acordo com o Mapa (2016), as políticas de ATER fornecem para os agricultores técnicas de planejamento e manejo dos cultivos e beneficiamento da produção, visando dinamizar a produção sustentável dos sistemas agrícolas nas unidades produtivas. Porém, nem sempre as políticas de ATER chegam às comunidades e quando chegam geralmente não atendem à demanda de todos os agricultores.

Tal problemática foi observada na pesquisa realizada na comunidade São Lourenço desse estudo, onde a maioria (doze pessoas) dos entrevistados alegou não ter acesso à política de ATER. As faltas dessas políticas públicas implicam diretamente na redução das taxas de produtividade de alimentos provenientes dos sistemas de produção dos agricultores familiares

dessa comunidade sendo, portanto, um fator bastante negativo para o desenvolvimento rural não só da comunidade São Lourenço, mas sim de todo município de Terra Alta, pois, segundo Santos (2001) a agricultura é o principal agente propulsor do desenvolvimento comercial e, conseqüentemente, dos serviços nas pequenas e médias cidades do interior do Brasil. Basta criar incentivos à agricultura para que, pelo seu efeito multiplicador, se obtenha respostas rápidas nos outros setores econômicos.

É também condição fundamental para que haja uma sobrevivência para a economia da grande maioria dos municípios brasileiros e é o desenvolvimento com distribuição de renda no setor rural que viabiliza e sustenta uma qualidade de vida do setor urbano.

Os que alegaram ter acesso relataram que tem acesso a essa política somente através da assistência técnica realizada pela EMATER-PA e para muitos deles essa assistência realizada por esse órgão não é executada de maneira satisfatória, pois, segundo eles é muito burocrático para conseguir a assistência técnica; o número de técnicos é insuficiente e há uma falta de comunicação entre os técnicos com os agricultores da comunidade, ou seja, os agricultores possuem dificuldades para entender o que é recomendado pelos técnicos e quais são as políticas públicas que esses agricultores podem ter acesso.

Essa falta de comunicação entre os técnicos da EMATER para com os agricultores é um grande agravante para êxodo da realização da prática de Extensão Rural, pois, se não a informação passada pelo Técnico extensionista não é absorvida de maneira correta pelos agricultores, ou seja, se não há uma harmonia na comunicação entre ambas as partes, conseqüentemente a aplicação da Política de ATER não será bem sucedida.

Portanto, é necessário que o extensionista tenha a sensibilidade em adotar um novo método para que haja entendimento por parte do agricultor para que o mesmo possa usufruir de maneira satisfatória dos benefícios dessa Política Pública, uma vez que segundo Abramovay (1998), o extensionista tem um papel de destaque na articulação da agricultura com o conjunto das possibilidades de desenvolvimento local onde ele não pode ser apenas uma expressão dos interesses da agricultura ou mesmo dos agricultores e sim aquele que terá a sensibilidade de buscar as oportunidades pelas quais o meio rural pode ser um fator dinâmico no desenvolvimento local.

Dias (2008) reforça ainda que para o extensionista projeta-se o papel de agente de promoção do desenvolvimento, aquele que possibilita, além do acesso às inovações tecnológicas, o acesso a conhecimentos e a políticas públicas, estabelecendo-se relação entre

direitos sociais e promoção do desenvolvimento. Sendo, portanto, o extensionista uma peça essencial na aplicação das políticas de ATER.

Quando questionados sobre como funciona a assistência técnica da EMATER, os agricultores que recebem a assistência argumentaram que eles vão até o órgão situado no Município de Terra Alta - PA entregam ofícios solicitando a visita dos Técnicos e esperam bastante tempo para que os técnicos possam ir até suas propriedades realizar a assistência. Essa demora pela assistência segundo os produtores dificulta bastante o trabalho realizado nos seus sistemas de produção, uma vez que, quando os técnicos finalmente vão até a propriedade muitas vezes por “cansarem” de esperar, os produtores acabam realizando suas atividades de maneira empírica sem a ajuda da assistência técnica, acarretando muitas vezes em perdas de produtividade de suas lavouras.

Essa problemática da demora pela assistência pode ser justificada pelo baixo número de Técnicos presentes na EMATER do Município e, além disso, a falta de transporte Particular do órgão pode ser um fator limitante na execução do trabalho do extensionista, pois atualmente não há veículos disponíveis para auxiliar no transporte dos técnicos do presente órgão.

Por fim, quando perguntados sobre quais seriam as medidas adotadas para superar a falta de assistência técnica satisfatória, os 20 entrevistados alegaram que utilizam as “experiências” herdadas de seus antepassados, ou seja, conhecimento empírico e assim minimizam os riscos de perdas e de fracasso na produção dos seus sistemas de cultivo e de criação. A importância cultural das “experiências” acumuladas em determinadas circunstâncias ambientais tem sido vista como um elemento crucial para o desenvolvimento de estratégias sustentáveis para o desenvolvimento agrário (FOLHES, 2007).

3.3. Diagnóstico do Órgão de Assistência Técnica (EMATER)

3.3.1. Atividades Desenvolvidas no Município.

A economia do município de Terra Alta baseia-se em culturas temporárias como Melancia (*Citrullus lanatus*), Feijão-caupi (*Vigna unguiculata*), Mandioca (*Manihot esculenta*), Abacaxi (*Ananas comosus*), Arroz (*Oryza sativa*). O município também produz de culturas permanentes como a Banana (*Musa spp.*), Laranja (*Citrus sinensis L. Osbeck*), Acerola (*Malpighia emarginata*), Pimenta-do-reino (*Piper nigrum*), Urucum (*Bixa orellana*). (FAPESPA, 2016).

Dentre as culturas citadas, o carro chefe do município é a mandioca onde se produz a farinha, que segundo CALANDRINO et al 2017, tem grande importância na ocupação da mão-de-obra familiar, sendo o principal recurso das famílias, e na geração de renda mensal.

De acordo com dados da EMATER (2013), no município de Terra Alta atualmente para cada hectare de mandioca plantada, 40 sacos de farinha são produzidos. Em um estudo realizado por Vasconcelos, (2008, pag.78) é relatada que a maior dificuldade dos agricultores entrevistados se refere ao plantio da mandioca, por conta da baixa fertilidade do solo levando a uma baixa produção. A produção de 40 sc/ha no município de Terra Alta é considerada um número pequeno como relata um dos técnicos do órgão, pois se os agricultores atendessem as orientações técnicas oferecidas, poderiam ter resultados mais satisfatórios.

Nesse contexto, a maioria das ações e serviços do órgão é baseada nas atividades desenvolvidas e executadas pelos agricultores do município, além disso, a EMATER-PARÁ atua no município de Terra Alta prestando serviços como acesso à Declaração de Aptidão ao PRONF – DAP, Cadastro Ambiental Rural – CAR, até mesmo o acesso ao Crédito Rural o órgão auxilia, pois a partir da DAP tem-se o acesso ao Crédito Rural, além disso, a DAP auxilia os agricultores a acessarem serviços como Habitação Rural e em alguns casos o acesso ao Auxílio Maternidade.

O órgão executa atividades de extensão e desenvolvimento da produção do município a partir de visitas às comunidades, dias de campo, excursão, intercâmbio com instituições parceiras e a realizações de cursos de capacitação. No entanto, por questões de orçamento limitado, estão sendo executadas apenas as visitas, algumas reuniões no momento por limitação de recursos, são aplicadas apenas as vistas e reuniões, demonstrações técnicas em algumas reuniões.

Atualmente a EMATER do município trabalha com a execução de programas como o Fomento Produtivo do Governo Federal, onde atendem cerca de 150 famílias com uma ajuda para a produção de R\$ 2.400,00 que são pagos em duas parcelas. Utilizam a metodologia de visitas às famílias beneficiadas e aplicam um diagnóstico na Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), sendo feita três visitas por família. Outro programa que o órgão está trabalhando é o Municípios Verdes, onde a cidade de Terra Alta foi contemplada e que consiste na construção do CAR das propriedades. Esse programa ainda está em andamento e são utilizadas as metodologias de mobilização nas comunidades para verificar os proprietários que estejam interessados e, a partir disso são realizadas reuniões, e visitas para produção do georreferenciamento.

As atividades desenvolvidas pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão rural, são baseadas em um documento norteador de planejamento anual, chamado de PROATER e além dessas atividades contidas neste documento, são realizadas outras atividades de acordo com a necessidade do município.

Diante desse cenário de atividades e serviços a EMATER atua como articuladora no município, onde busca facilitar para o agricultor familiar o acesso às políticas públicas, até mesmo ações que não são de responsabilidade do órgão, como Auxílio Maternidade, no entanto, buscam auxiliar as agricultoras de como adquirir licença ou recursos. Executam também ações sociais em parcerias com empresas de iniciativa privada como ações no Dia Internacional da Mulher, sendo criada uma programação junto com a técnica social da EMATER onde falaram sobre os direitos da mulher agricultora, para ter acesso ao crédito, entrar em contato com a EMATER para adquirir a DAP, que seria para acessar o crédito, e depois foi utilizada para ter acesso a outras políticas públicas, além do trabalho visando o desenvolvimento da propriedade.

Dessa forma, o órgão executa atividades que são de sua responsabilidade e também executa atividades que visam o desenvolvimento da propriedade e da própria comunidade, levando informações que muitas vezes não chegam até o trabalhador do campo. Saindo do campo do assistencialismo técnico para a produção, trabalhando sobre com o assistencialismo social, buscando fazer uma inter-relação de assistencialismo levando informações a esse trabalhador.

Aproximadamente 29 comunidades do município são assistidas pelo órgão e dentro de dessas comunidades cerca de 470 famílias já foram atendidas no ano de 2018. Com base nas informações da entrevista, a média anual de famílias atendidas do escritório chega a aproximadamente 550 famílias e esse número de famílias varia de acordo com o programa que o município tenha sido contemplado. Como exemplo pode citar o relato de um dos técnicos agrícolas da EMATER:

“O número de famílias que entram ou saem da nossa lista de atendimento depende do programa que o município foi contemplado, pois temos dificuldade de atração do agricultor apenas pelo conhecimento técnico, então tem que ter alguma forma de recurso para conseguirmos atrair os agricultores”. (Técnico Agrícola da EMATER-PARÁ. Terra Alta. Setembro de 2018).

3.3.2. Dificuldades Enfrentadas

Muitos órgãos públicos possuem estruturas de trabalhos e de prestação de serviços comprometidas ou não conseguem atender a demanda da população e com a EMATER do município não é diferente. O órgão conta com um prédio alugado com duas salas, não tendo condições de se realizar reuniões no escritório.

O Acesso limitado à internet para troca de informações e pesquisa é outra dificuldade enfrentada pelo órgão. Os veículos que atuam no deslocamento dos técnicos para a comunidade estão sem manutenção regular e sem condições de uso, as atividades estão sendo realizadas em veículos cedidos pela prefeitura de Curuçá a partir de uma parceria com o órgão. Além das dificuldades de infraestrutura da empresa, tem-se a dificuldade técnica de não possuir uma equipe multidisciplinar no escritório, onde dependendo da demanda dos agricultores fazem a solicitação de um especialista, (engenheiro de pesca, tecnólogo de alimentos, dentre outros), junto ao escritório e a atividade somente é realizada após a resposta do escritório cedendo o especialista para o escritório local.

Isso é explicado por Vasconcelos, (2008), que a PNATER sugere que sejam melhorados os processos de gestão social para os agricultores, estabelecendo assim uma nova assessoria técnica a partir de um processo educativo, permanente e continuado, que deve alicerçar em uma prática dialógica e em uma pedagogia construtivista. No entanto por conta da estrutura precária e recurso limitado, essa assessoria não chega a ser de toda qualidade para os agricultores.

Dessa forma para tentar driblar essas dificuldades a EMATER, busca realizar parcerias com empresas da iniciativa privada e com as prefeituras de outros municípios e também tentam internalizar que a EMATER é uma empresa pública, então enquanto empresa, deve-se empreender e buscar parceiras para tentar desenvolver o trabalho, não esperando fazer apenas quando acessarem o recurso.

3.3.3. Demanda

A relação da demanda de procura do polo da EMATER em Terra Alta por parte dos agricultores não é consideravelmente grande quando comparado aos outros polos. A maior demanda é a de documentos para acesso as políticas públicas, ficando em segundo plano a demanda de assistência técnica em um número menor ao de acesso as políticas públicas.

Com isso, a EMATER está executando o Projeto da Agencia Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) de implantação da nova ATER, onde essa nova assistência e extensão não seriam baseadas apenas no credito rural, emissão de documento, mas sim no acompanhamento da UFPA. Então a partir disso foram beneficiadas 25 famílias para implantar e avaliar essa nova forma de trabalhar a assistência e a extensão e, nessas famílias foram escolhidas a partir de visitas e diagnósticos, a cultura carro chefe da propriedade, onde a partir desse diagnostico, verificou-se quais as potencialidade e quais as ameaças dessa cultura e, através de Unidades de Referencias que o programa define como uma metodologia de ATER, observação, a criação de unidade demonstrativa. Esse projeto tem o intuito de levar para a sua propriedade o conhecimento adquirido nas unidades de referências, buscando melhor a sua produção e aumentar a sua renda.

O Programa Municípios Verdes, visa à construção do CAR e o polo da EMATER no município tinha como meta produzir 75 CAR em 15 meses. Os programas que chegam ao município sejam eles encaminhados pelos governos federal e estadual, o órgão tem a missão de executa-los e finaliza-los e mesmo com todas as dificuldades de recurso e infraestrutura o polo conseguir atingir as metas e finalizar os projetos.

3.3.4. Problemáticas Para o Desenvolvimento Rural no Município

O polo do órgão no município possui 1(um) auxiliar administrativo, 1(uma) técnica social e 4 (quatro) técnicos agrícolas que assumem todas as atividades nas comunidades da cidade de Terra Alta. Por conta de a demanda não ser tão alta como em outros polos da EMATER, o recurso humano do órgão consegue atender boa parte das demandas, mas ainda sim deixam de executar o trabalho em algumas comunidades por conta do recurso humano e dos veículos estarem danificados. Ainda durante a pesquisa, um dos entrevistados relata a necessidade de uma equipe multidisciplinar, onde a um profissional do Meio Ambiente seria de bastante ajuda para o polo, pois ajudaria nas ações de construção do CAR. Landini, (2014), relata que a falta de recursos humanos é um dos problemas principais para trabalhar em ATER, pois são poucos os profissionais na área de extensão rural.

Ainda no contexto das problemáticas para o desenvolvimento rural no município, os técnicos da EMATER relatam a falta de organização do próprio município, onde relatam com tristeza a não existência de um Conselho de Desenvolvimento Rural no município, para que fosse discutida com maior intensidade a questão agraria de Terra Alta. Outra questão levantada é a dificuldade de acesso ao Credito Rural, por conta da extinção do Ministério do

Desenvolvimento Agrário e, indo mais além, a escassez de parcerias e integração entre os órgãos do município como a Secretaria de Estado de Agricultura- SAGRI, Secretária Municipal de Agricultura - SEMAGRI, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária- EMBRAPA entre outros.

Então a partir dos programas que ainda estão em andamento e os que já foram finalizados espera-se que os produtores beneficiados com tais programas alavanquem a sua produtividade e melhorem suas produções, tendo em mente que a aquisição desses programas serviu como uma forma de ponta pé inicial, não apenas tendo acesso ao recurso e estagnando a sua produção, mas sim aumentando a produtividade e produzindo novas culturas, saindo assim, da agricultura de subsistência e buscando espaço no mercado da região melhorando sua receita. Dessa forma melhorando sua produção e qualidade vida, busque os documentos importantes para a propriedade como CAR e contribuindo assim para o desenvolvimento rural do município e região.

4. Considerações Finais

Diante das informações adquiridas pode-se concluir com este estudo que o polo da EMATER no município de Terra Alta, desempenha um papel de articulador, buscando facilitar o acesso as políticas públicas de ATER e até mesmo de assistência social para os agricultores. As atividades técnicas e de assistência são desenvolvidas de acordo com a demanda dos agricultores e com os programas que o município fora beneficiado. No entanto, os profissionais da Empresa de Assistência e Extensão, não medem esforços para realizar as atividades nas comunidades, mesmo com os recursos não sendo suficientes para a sua execução, em alguns casos os profissionais fazem o uso de veículos próprios para se locomoverem até a comunidade.

Segundos a EMATER do município, muitos agricultores só buscam o contato com o órgão quando tentam acessar algum programa, como o Fomento Produtivo do Governo Federal, mostrando interesse apenas quando existe algum tipo de recursos disponível e não para a aquisição de conhecimento para aplicar na sua propriedade.

Com base nas informações adquiridas na comunidade a realidade é completamente diferente. O agricultor relata o descaso com a comunidade por parte da EMATER, onde afirma existir uma enorme burocracia para terem acesso a assistência técnica e muitas vezes quando conseguem a assistência, só recebem uma única visita e depois não conseguem o

retorno do técnico em sua propriedade. Isso pode ser explicado pela infraestrutura precária do polo da Empresa no município, onde os veículos estão todos parados por conta de falta de manutenção.

Existe uma divergência de informações quando comparados os relatos do órgão e da comunidade e isso se dá pela visão de cada lado, a comunidade se vê esquecida pelos órgãos competentes, neste caso os órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural. Por outro lado, a EMATER, afirma prestar toda a assistência necessária a partir da demanda dos agricultores, porém, por conta de fatores limitantes como os recursos e os veículos, conseguem desenvolver apenas uma parte do trabalho.

Diante disso, se faz necessário que os profissionais da extensão e do assistencialismo, busquem ter maior sensibilidade para utilizar uma nova técnica para que o agricultor consiga absolver e consiga utilizar de uma maneira satisfatória os benefícios das informações repassados pelos órgãos. A nova ATER visa exatamente isso, o acompanhamento intensivo da unidade familiar de produção agrária, não atuando apenas na emissão de documentos e liberação de crédito.

5. Agradecimentos

Aos membros da comunidade São Lourenço pela receptividade e por sempre nos ajudar com os estudos aplicados na comunidade e ao polo da EMATER-PA por nos receber e colaborar com o estudo em questão.

6. Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, Ri. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília-DF, v. 15, n. 1, p. 137-157, 1998.

BRASIL, V., Secretaria de Agricultura Familiar -SAF/MDA -**Diagnóstico Rural Participativo: um Guia Prático**, Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pageflip_2583697-3759191-Guia_Prtico_DRP-7420814.pdf> . Acessado em: 25/07/2018

CALANDRINO, T. M.; DA COSTA, A. P.; LIMA, M. R.; REIS, A. A. **Tipologia e Desenvolvimento Sustentável: Tipologia do Sistema de Produção dos Agricultores Familiares da Comunidade São Lourenço, Município de Terra Alta, PA**. VI Conferencia Internacional de Pesquisa Sobre Economia Social e Solidária. Manaus, Amazonas, Brasil. nov/dez. 2017.

DIAS, M. M. Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 101-114, 2008.

EMATER-PA. **Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará. História da EMATER. Disponível em:** < <http://www.emater.pa.gov.br/menu/10>>. **Acessado em:** 22/11/2018.

EMATER-PARÁ. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará. **Emater realiza diagnóstico produtivo da mandioca em Terra Alta. DISPONIVEL EM:** <<http://www.emater.pa.gov.br/destaque/459>>. **ACESSADO EM:** 22/11/2018.

FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Estatísticas Municipais Paraenses: Terra Alta.** / Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação. – Belém, 2016. 55f.: il. Semestral, n. 1, jul. / dez.

FOLHES, M. T.; DONALD, N. Previsões tradicionais de tempo e clima no Ceará: o conhecimento popular à serviço da ciência. **Sociedade & Natureza.** Uberlândia-MG, v. 19, n. 2, 2007.

GUERRA, Miriam Darlete Seade. **Reflexões sobre um processo vivido em estágio supervisionado: Dos limites às possibilidades**, 1995.

HIRAKURI, M. H., DEBIASI, H., PROCÓPIO, S. D. O., FRANCHINI, J. C., CASTRO, C. D. **Sistemas de produção: conceitos e definições no contexto agrícola.** Londrina: *Embrapa Soja*, v. 14, 2012.

LANDINI, F. B. Problemas enfrentados por extensionistas rurais brasileiros e sua relação com suas concepções de extensão rural. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 4, n. 2, p. 371-377, fev, 2015.

LOVATTO, P. B., CRUZ, P. P., MAUCH, C. R., BEZERRA, A. A. **Gênero, sustentabilidade e desenvolvimento: uma análise sobre o papel da mulher na agricultura familiar de base ecológica.** Santa Cruz do Sul: *Redes*, v. 15, n. 2, p. 191-212, 2010.

MAPA. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER. Disponível em:** <<http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/cartas-de-servico/execucao-do-plano-da-lavoura-cacaueira/assistencia-tecnica-e-extensao-rural-ater>>. **Acessado em:** 16/11/2018.

MAUSS, M. **Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas.** In: *Sociologia e antropologia.* São Paulo: EDUSP, 1974. v.2, p.49-60

MDA. **[Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário](#): Assistência Técnica e Extensão Rural. 2015. Disponível em:** <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/assist%3%AAncia-t%3%A9cnica-e-extens%3%A3o-rural>>. **Acessado em:** 16/11/2018.

MELO, L. A., **Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar.** Resumos Expandidos do *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, novembro de 2002, p 1-14.

NAVARRO, Z. (2001) "Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro", *Revista Estudos Avançados*, 16 (44): 83-100.

NODA, Sandra do Nascimento et al. **Utilização e apropriação das terras por agricultura familiar amazense de várzeas.** In: DIEGUES, Antônio Carlos & MOREIRA, André de Castro C. (orgs). Espaços e recursos naturais de uso comum. São Paulo: NUPAUB-USP, 2001.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação.** Brasília-DF 2008.

PETTAN, K. B., **A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER): percepções e tendências.** Faculdade de Engenharia Agrícola -Universidade Estadual de Campinas, . 2010.393p (Tese de Doutorado em Engenharia Agrícola na área de concentração em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável).

PIMENTA, S. G. e LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência: diferentes concepções.** Revista Poiesis -Volume 3, Números 3 e 4, pp.5-24, 2005/2006.

PLANALTO. **Política Nacional de Agricultores Familiares e Empreendimentos Familiares Rurais.** 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acessado em: 09/11/2018.

Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-paa/sobre-o-programa>>. Acessado em: 09/11/2018.

SANTOS, M. J. dos. Projeto alternativo de desenvolvimento rural sustentável. **Estudos avançados**, São Paulo-SP, v. 15, n. 43, p. 225-238, 2001.

SCHNEIDER, S. **Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate.** Revista de Economia Política, vol. 30, no 3 (119), pp. 511-531, julho-setembro/2010. pág. 518.

SEPOF. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Pará/PA, 2014. Disponível em: <<http://www.idesp.pa.gov.br/paginas/produtos/EstatisticaMunicipal/pdf/TerraAlta.pdf>>. Acessado em: 09/11/2018.

VASCONCELOS, M. A. M. **Assessoria técnica e estratégias de agricultores familiares na perspectiva da transição agroecológica: uma análise a partir do Pólo Rio Capim do Programa Proambiente no Nordeste Paraense.** Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, Belém, PA. Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 32. 2008.